

O que é ATHIS?

Fernanda Simon Cardoso
Coordenadora CATHIS CAU/SP

Semana da Habitação CAU/BR
Agosto 2021

O que é ATHIS?

Segundo a Lei 11.888/2008:

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, [...] têm o **direito** à assistência técnica **pública** e **gratuita** para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica [...] abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos **profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia** necessários para a **edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação**.

Mas é apenas isso?

É um trabalho técnico ou também é social e político?

Por sua complexidade, essa atividade deveria envolver outros profissionais?

Como esse atendimento deve ocorrer, de forma individual ou coletiva?

Como viabilizar esses serviços?

**Ausência de definição
do que é essa prática
profissional**

**“ATHIS” é um conceito
em construção**

**Disputas e
discordâncias em torno
do tema**

**Assessoria e
Assistência Técnica**

**ATHIS e
Empreendedorismo
Social**

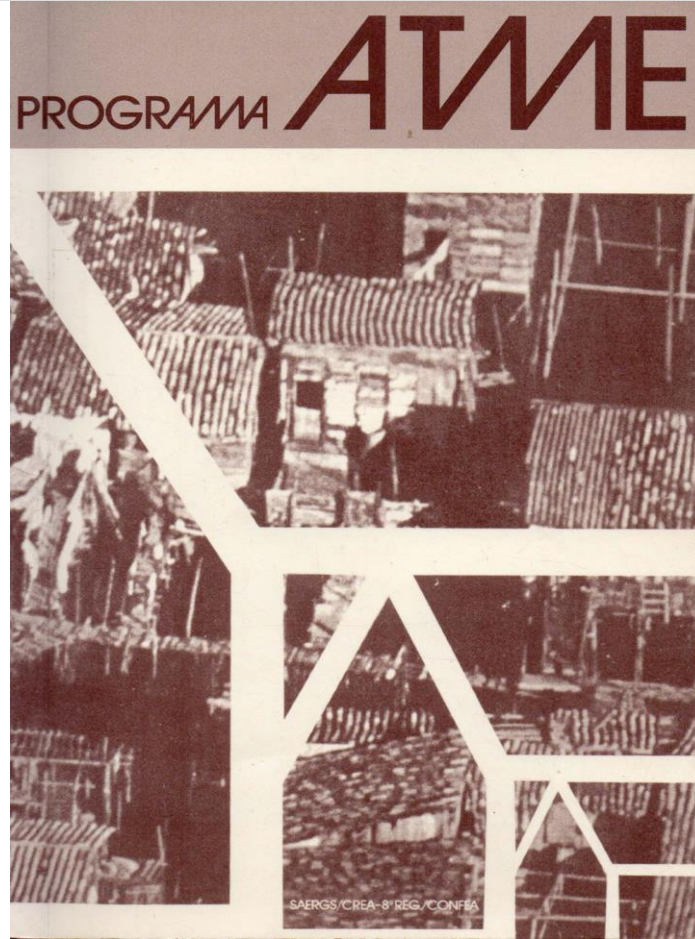
**ATHIS como
oportunidade e nicho de
mercado**

Como surgiu a assistência técnica?

Porto Alegre, anos 1970

ATME - Programa Assistência Técnica à Moradia Econômica (SAERGS e CREA/RS, 1976)

“Queríamos o SUS da arquitetura. Uma família, um arquiteto, uma casa. Quando o arquiteto entra na jogada, ele transforma a habitação em moradia” (ILGENFRITZ, 2019)



GERAL

Arquitetos querem mudar a política habitacional

Eles levarão essa posição ao Conclat

Cláudio Iggenfritz da Silva

O Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul defende a reorientação da atual política habitacional e a utilização dos recursos do POF 8 apenas para financiamento de moradias no Conclat, órgão do Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que se realizará nos dias 21, 22 e 23 de agosto, em Foz de Iguaçu, no Paraná.

Os arquitetos também vão denunciar o decreto-lei 1.820 que revoga em seu artigo 13 o salário mínimo profissional para funcionários públicos federais de nível universitário e, em seu mesmo documento, aprovado em assembleia geral da categoria, vão propor ao movimento sindical que ajude nos esforços de assessoria para os trabalhadores de baixa renda assistida técnica e econômica. Esses esforços serão realizados em conjunto com o movimento sindical.

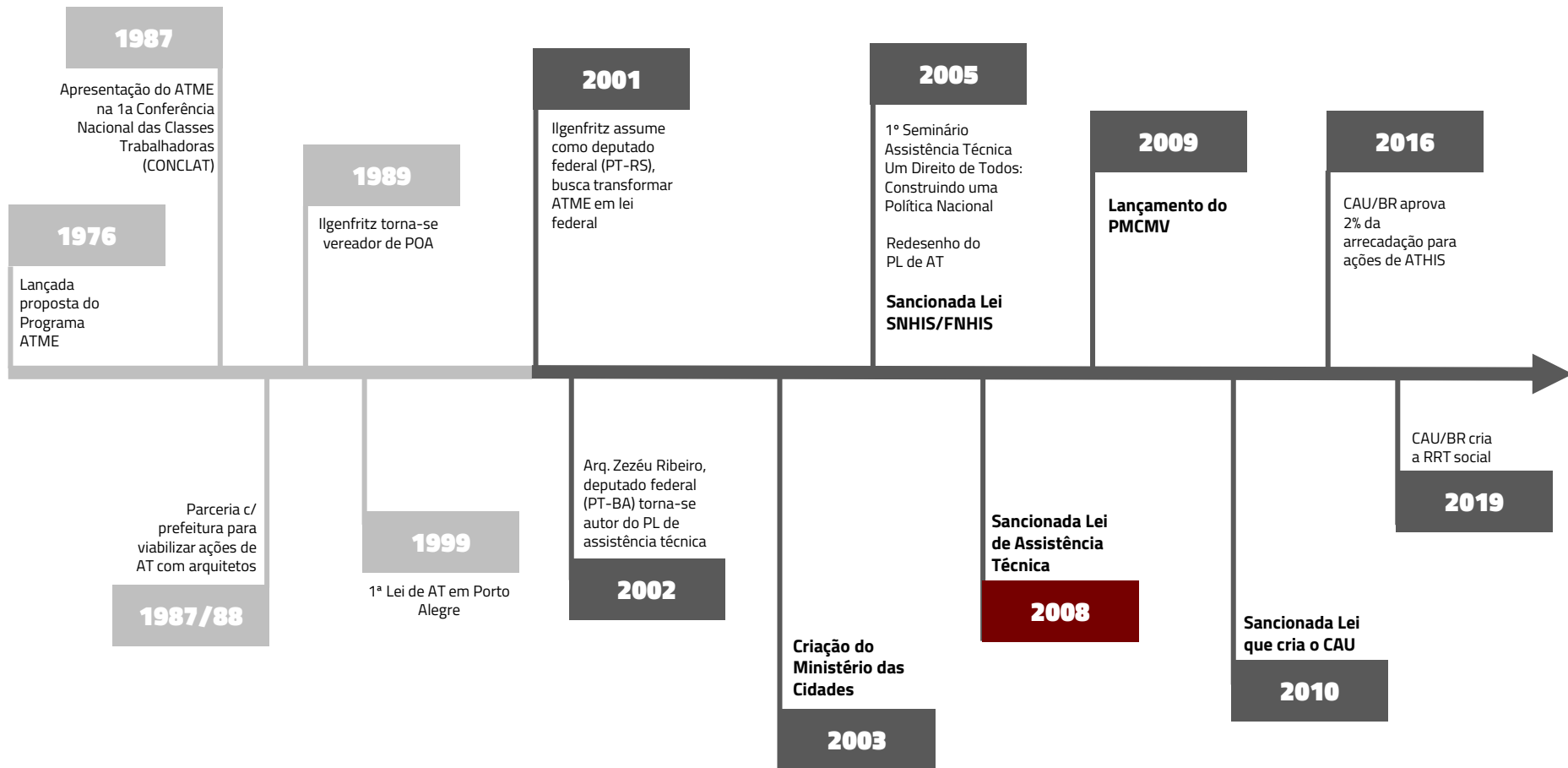
O presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, Cláudio Iggenfritz da Silva, explicou ontem que a ideia de prestar assistência técnica gratuita a trabalhadores de baixa renda é antiga. “Há cinco anos que vinho tentando junto aos órgãos públicos e, agora, decidimos tratar diretamente com os eleitores”, segundo Iggenfritz. “À entrada em contato, sem obstáculos, com o governador Municipal de Porto Alegre, o Ministério do Interior, o IBGE, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e outros órgãos”.

Com a Prefeitura, através do Departamento Municipal de Habitação (Dembah), quem foi assinado em contrato. As negociações, porém, foram interrompidas quando foi cortada a verba do Ficap, órgão que financiava materialmente o contrato, segundo Iggenfritz. “Várias prefeituras do Interior também aplicam a iniciativa, mas não dispõem de recursos”.

No mesmo documento que será apresentado ao Conclat, onde solicitam apoio do movimento sindical à sua luta de prestar assistência técnica, através de sindicatos, os arquitetos denunciam ainda leis que consideram prejudiciais aos seus interesses. O sindicato dos arquitetos se posiciona também em defesa das reivindicações do movimento sindical: garantia no emprego, direito de greve, liberdade de associação para os estudantes, salário mínimo real e unificado, reforma agrária, administração pelos trabalhadores dos fundos do FICV.

O decreto-lei 1.820, em seu artigo 13, revoga, na prática, para os funcionários públicos federais uma antiga e importante conquista de diversas categorias e o salário mínimo profissional. Batizado logo após o recenseio parlamentar, o decreto-lei 1.820 reduz os salários de diversos profissionais de nível universitário que trabalham no serviço público federal.

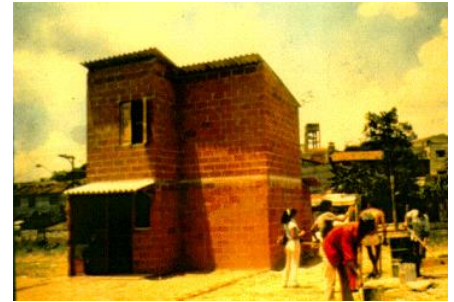
Outro decreto, ainda em tramitação no Ministério do Trabalho, segundo Iggenfritz, “também é prejudicial aos interesses dos arquitetos e da população”. O decreto regulamentará o profissional de nível de nível médio, 2º grau, nos ramos industrial e agrícola. “O Sênio Industrial, pelo decreto, poderá exercer a profissão de arquiteto sem ter o preparo necessário”, acrescenta o presidente do sindicato.



Como surgiu a assessoria técnica?

São Paulo, anos 1970

- Arquitetos e urbanistas: apoio técnico a movimentos sociais para melhoria das moradias
- Inspiração nas cooperativas uruguaias - autogestão e ajuda mútua
- **1989-1992 : Programa FUNAPS Comunitário (gestão Luíza Erundina em São Paulo)**
- “Tripé da autogestão”



Assessorias Técnicas de São Paulo e Movimentos por moradia

Grupos de arquitetos, configurados em ONGs, com atuação interdisciplinar, que se propõem a trabalhar junto aos movimentos sociais para a melhoria das condições de vida da população mais pobre, apoiando as lutas pelo direito à moradia digna e aos serviços essenciais da cidade;

O “saber técnico” junto ao potencial transformador dos movimentos populares tornou possível algumas conquistas e formas de gestão alternativas do coletivo.



Existência de duas matrizes distintas – gerou uma disputa no campo profissional

Assistência Técnica

Surgiu com forte envolvimento de profissionais ligados às entidades de classe

Foco no arquiteto e urbanista

Atendimento individual das famílias

Espaço da moradia

Trabalho técnico para auxiliar a população que necessita de um profissional habilitado

É institucionalizada por lei, mas tem pouca conformação prática

Assessoria Técnica

Surgiu com forte envolvimento de profissionais com movimentos sociais de luta por moradia

Equipe multidisciplinares, apesar da predominância de arquitetos

Atendimento coletivo das famílias

Espaço da moradia + espaços coletivos + defesa do território

Trabalho técnico e político, prezando a autonomia, participação popular e autogestão

Muitas experiências práticas

Assessoria ou assistência técnica?

Assistência: assistencialismo, é acrítica às relações de dominação. Assessoria: política, construção de autonomia e participação popular. (KAPP, 2018)

Assistência: arquitetos que o fazem, tem uma postura que impõe a cultura do arquiteto sobre os supostos usuários (BALTAZAR e KAPP, 2016)

Arquiteto ignora os saberes e práticas construídos durante anos sem sua presença. Coloca-se como profissional da formalidade, que atua seguindo padrões da “boa arquitetura” (LESSA et al, 2019)

Aqueles que praticam a assessoria colocam a assistência em um patamar inferior. Assistidos = “incapazes”, sujeitos passivos, que recebem os serviços de arquitetos da mesma forma que recebem um sopão ou um cobertor (SANTO AMORE, 2016)

A Lei 11.888/2008 tem caráter puramente técnico, não engloba a multidisciplinariedade, a participação e mobilização popular (DEMARTINI, 2016)

Assessoria ou assistência técnica?

Assistência técnica:

termo consolidado institucionalmente;

Arquitetos e urbanistas envolvidos nas entidades de classe;

Apropriado pelo CAU.

Poucas ações consolidadas

Pode-se afirmar então que é assistencialista?

Sim, no discurso!

Centralização no arquiteto e urbanista como profissional que resolve os problemas de uma população que, sozinha, não é capaz.

Programa ATME - ressaltava que a maioria das construções de pequeno porte eram executadas por “leigos” que necessitavam da assistência de um profissional habilitado, mas não tinham acesso a tal serviço por sua condição financeira (REVISTA ESPAÇO E ARQUITETURA, 1976).

Na construção da assistência técnica, houve pouco diálogo com a sociedade, ou qualquer protagonismo da população alvo dessa proposta

Assessoria ou assistência técnica?



FNA, 2016

Em alguns momentos, o trabalho das assessorias é colocado como exemplo para construção de práticas de assistência técnica.



CAU/SP, 2017

Em outros, assistência técnica é tida como uma prática nova, desconsiderando a experiência das assessorias.

ATHIS e Empreendedorismo Social

Negócios Sociais: Motivação empresarial e não a construção de uma política pública habitacional com consequências urbanas de interesse público.
(SANTORO e CHIAVONE, 2020)

Modelo de negócio que se aproxima da agenda do empreendedorismo social norte-americano, onde os dividendos não são compartilhados com os beneficiários, mas se mantêm na empresa. É um modelo que enxerga a habitação como uma "oportunidade" de mercado. (SANTORO e CHIAVONE, 2020)

Não estão vinculados a uma proposta ligada à universalização dos direitos, mas sim a uma visão que centraliza a *pobreza como nicho de negócios*. (CARDOSO, 2021)

Habitação de
Mercado Popular

≠

Habitação de
Interesse Social

SEMINÁRIO ATHIS
ARQUITETURA SOCIAL
E EMPREENDEDORISMO

CAU/BR
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

CAU/MG
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

OFICINAS de
INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO em

ATHIS Assistência Técnica em
Habitação de Interesse Social

Com patrocínio de:

05, 06 e 07 de dezembro de 2019
UNISUL, Campus Florianópolis
Rua Antonio Dib Mussi 366
Prática na **Comunidade do Jagatá**, Morro da Queimada

CAU/SC
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

ATHIS e Empreendedorismo Social

Contradições nas ações do CAU: promoção da ATHis pelo viés do empreendedorismo

ATHIS vista apenas pela ótica do desenvolvimento profissional;

Assistência técnica como empreendedorismo;

Promoção de Iniciativas negociais de ATHis.

Por abranger um público que são as famílias mais pobres, a ATHis se relaciona a um debate mais amplo, que engloba o **direito à cidade, à moradia digna e políticas públicas**. (SANTO AMORE, 2017)

SEMINÁRIO DE
EMPREENDEDORISMO

EM ATHis «Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social»



São Luís/MA

31 de julho de 2018

Inscrições: www.cauma.gov.br

Realização:



Apoio:

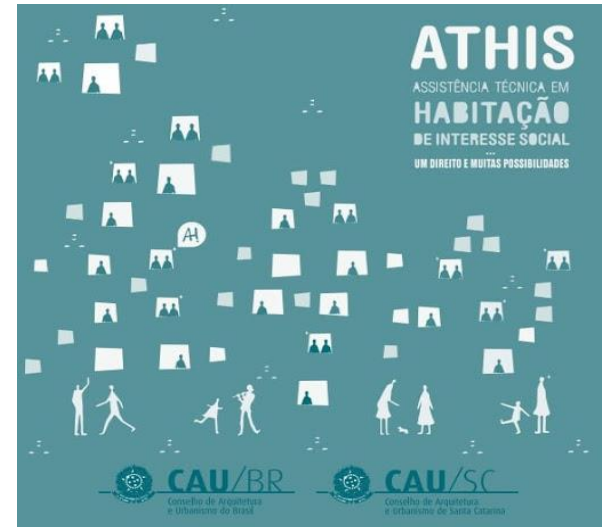


ATHIS como oportunidade e nicho de mercado

“Nicho de mercado” e “oportunidade” para jovens arquitetos.

Seria porque os jovens estariam dispostos a se “aventurar” nessas novas experiências ou por que se considera que o serviço de arquitetura para os pobres é “mais barato”, e justamente pelas más condições de trabalho desses profissionais, se disporem a receber menos?

O trabalho para população de baixa renda não aparece publicamente exatamente como um trabalho... É quase uma “boa ação”, já que o trabalho “autoral” ainda é a referência de sucesso profissional. É preciso, enfim, construir e disputar o trabalho voltado a esse público, não como apenas como um “mercado viável”, mas como parte estruturante da formação e atuação do profissional. (SANTO AMORE, 2016, p.16)



ATHIS pública e gratuita;

Garantia de direitos;

Garantia de subsídios às famílias de renda até 3 salários mínimos;

Ações que prezem pela autonomia das famílias envolvidas, e não a imposição da visão do arquiteto e urbanista;

Importante o diálogo com a população – público alvo

CAU pode promover a articulação e orientação dos diversos agentes envolvidos: profissionais, poder público, universidades, sociedade.

Universidades

EMAU, grupos de pesquisa e extensão

Residência em ATHIS (UFBA)

Formação de profissionais críticos e sensíveis às demandas sociais;

Experimentação de metodologias;

Novas formas de atuação;

Capilaridade das ações;

Ações que apoiam a luta pela moradia digna, direito à cidade e à permanência no território;

Assessoria técnica.

Dificuldades e Limites

EMAU: falta reconhecimento por professores e universidades;

Faltam bolsas para os estudantes e pós-graduandos;

Tempo das demandas é diferente do tempo dos estudantes e pós-graduandos;

Dificuldade para dar continuidade dos projetos desenvolvidos.

Possibilidades para o campo da ATHIS

Políticas públicas Locais

Prefeitura do Conde/PB EPA – Escritório Público de Assistência Técnica

- Início em 2017
- Orçamento participativo
- Programa Olá Comunidade

Ações:

- Mutirão na Vizinhança
- Chão de Direito
- Melhorias Habitacionais

Dificuldades e Limites

Recursos para construção – depende do Gov. Federal;

Continuidade na mudança de gestão.



Possibilidades para o campo da ATHIS

CODHAB/DF – Companhia Habitacional do Distrito Federal

- Início em 2015;
- Implantação de 10 postos de assistência técnica nas ARIS (Áreas de Regularização de Interesse Social);
- Inspirado na Estratégia de Saúde da Família;

Ações:

- Melhorias Habitacionais;
- Regularização Fundiária;
- Ações Urbanas Comunitárias



Ações promovidas pelo CAU

2% das receitas de arrecadação do conselho devem ser destinados à ATHIS (deliberação CAU/BR de 2016)

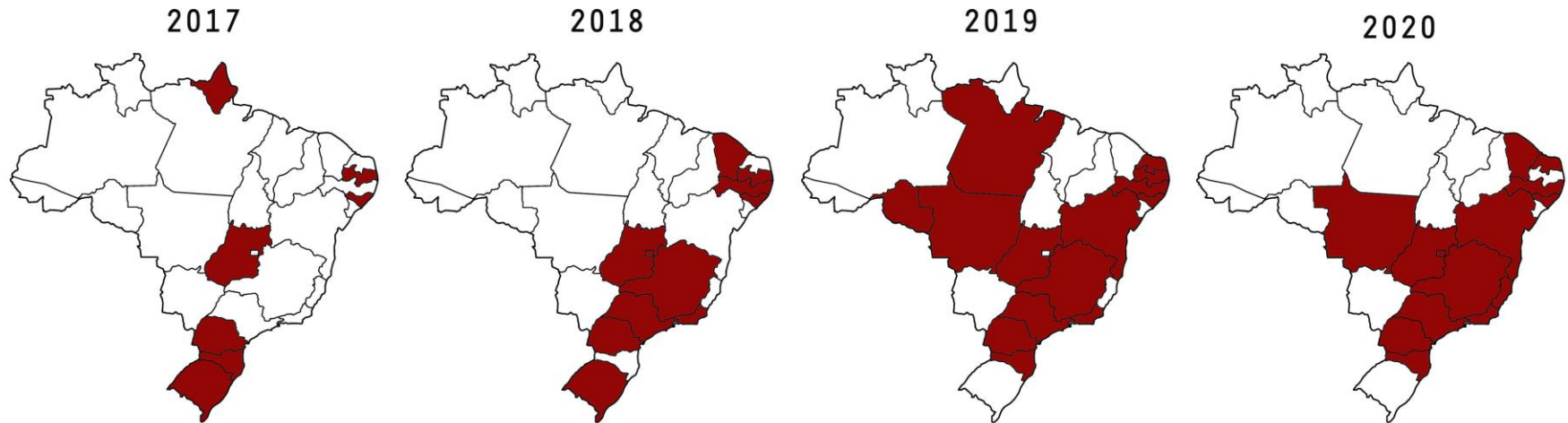
Publicação de Editais para apoiar projetos de OSCs;
Promoção de seminários, cursos, eventos e publicações.

Dificuldades e Limites

O CAU é uma autarquia federal que regulamenta o exercício da profissão, não um órgão responsável por desenho de Políticas Públicas;

Chamadas Públicas devem seguir a legislação do MROSC (Lei 13.019/2014 e Lei 13.204/2015 – entraves burocráticos)

Distribuição de recursos e ações é desigual no território brasileiro



Outras ações promovidas pelos CAU/UF

CAU/SC Plano Estratégico de Implementação da ATHIS
Divulgação e sensibilização no território
Acordos de cooperação com Prefeituras de Balneário Camboriú e Chapecó

CAU/RS Criação do Gabinete de ATHIS
Divulgação e sensibilização no território
Convênio com Governo do Estado e Prefeituras
Programa Casa Saudável (piloto em Santa Rosa/RS)
Programa Nenhuma Casa Sem Banheiro

CAU/AL Memorando tripartite com Prefeitura de Maceió e ONU Habitat

Referências

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. *Assessoria técnica com interfaces*. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. Anais do IV ENANPARQ. Porto Alegre: ANPARQ, 2016.

ILGENFRITZ, Clovis. *Entrevista concedida a Fernanda Simon Cardoso*. Porto Alegre, 19 jan. 2019.

KAPP, Silke. *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, V.20, N.2, p.221-236, MAI-AGO, 2018.

LESSA, Lucas Gollignac; MEDEIROS, Natália Maria Moura; SANTOS, Marcela Monteiro dos. *Assessoria e Assistência Técnica pelo direito à moradia e à cidade: A contribuição da Taramela para a consolidação de um campo de atuação profissional em Fortaleza, Ceará*. Anais do XVIII ENANPUR. Natal, 2019

REVISTA ESPAÇO E ARQUITETURA. *A Tese da Moradia Econômica*. IAB/RS, SAERGS. 1976.

SANTO AMORE, Caio. SANTO AMORE, Caio. *Assessoria e Assistência Técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social*. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARDOSO, Fernanda Simon. *Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos, IAU USP, 2021.